

HABEAS CORPUS Nº 540.137 - PE (2019/0311359-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : MARCOS CESAR DE ALENCAR NOYA LEAL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Depreende-se dos autos que o Juízo das Execuções Criminais deferiu ao sentenciado a remição de 100 (cem dias) por estudo, diante da respectiva aprovação no ENEM no curso do cumprimento da pena.

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante o TJPE, que deu provimento ao recurso, reformando o *decisum* agravado, conforme excerto do voto condutor do acórdão transcrito na peça vestibular (e-STJ fls. 5/6).

No presente *writ*, alega a Defensoria Pública que "[...] fundamentar a decisão que deu provimento ao agravo interposto pelo MP, negando o direito a remição a um reeducando que participou do ENEM destinado exclusivamente a pessoas privadas de liberdade, que se dedicou mais de ano diuturnamente a estudar, que sim, é aluno do curso de Direito como narra a decisão do nobre Relator Desembargador Dr. Mauro Alencar, mais uma prova da sua insistência pelos estudos, e que através dos estudos será possível transpor o que dificulta a ressocialização, não parece ser a decisão, e muito menos a fundamentação, mais plausível. Como se, por ele ser aluno do Curso de Direito e já ter concluído preteritamente a sua prisão o segundo grau, fosse demérito ao Direito líquido e certo a remição de pena pelos estudos, que se faz frequente e habitual e que estudar objetivando a remição de pena é algo reprovável. Ademais, em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal, representado pelo Ministro

Gilmar Mendes, deferiu a remição de 133 dias pela aprovação do reeducando no ENEM-PPL, que antes de ser preso havia concluído o segundo grau [...] (e-STJ fls. 6/7).

Requer, nesse diapasão, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para conceder ao sentenciado 133 (cento e trinta e três) dias de remição da pena, em virtude da respectiva aprovação no ENEM.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 68/70).

Prestadas as informações pelo Juízo das Execuções e pelo Tribunal estadual, após solicitação desta Corte (e-STJ fls. 78/117 e 120/126).

O Ministério Público Federal apresentou parecer pela denegação da ordem, nos seguintes termos (e-STJ fls. 130/134):

[...]

5. O HC não deve ser conhecido.

6. Em primeiro lugar, o habeas corpus não é instrumento adequado a servir de sucedâneo de recurso, conforme remansosa jurisprudência do STF e do STJ, a qual tem adotado orientação restritiva do habeas corpus, de modo a evitar a abusiva utilização dessa ação constitucional como substitutiva do recurso cabível.

7. Por outro lado, a ordem não deve ser concedida, pois não há constrangimento ilegal a ser sanado.

8. Consta dos autos que o Juízo da Execução Penal deferiu ao paciente a remição de 100 dias por estudo, em razão de sua aprovação no ENEM (fls. 10/11).

9. O TJPE, ao julgar o agravo em execução interposto pelo Ministério Público, deu provimento ao recurso para revogar a remição deferida ao paciente, conforme ementa abaixo transcrita (fls. 87/96):

[...]

10. A decisão impetrada não merece reforma, na medida em que está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que é incabível a remição pelo estudo em razão da aprovação no ENEM, se o apenado havia concluído o ensino médio antes do início da execução da pena. Confira-se:

[...]

Posto isto, o Ministério Público Federal manifesta-se pelo não conhecimento do writ ou, caso assim não se entenda, pela denegação da ordem.

É o relatório. **Decido.**

O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, exemplificativos dessa nova orientação das Cortes Superiores do País:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO EM CONCURSO DE PESSOAS E COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE. MODUS OPERANDI. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Primeira Turma do col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso ordinário (v.g.: HC 109.956/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 11/9/2012; RHC 121.399/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 1º/8/2014 e RHC 117.268/SP, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 13/5/2014). As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do writ

substitutivo em detrimento do recurso adequado (v.g.: HC 284.176/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 2/9/2014; HC 297.931/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 28/8/2014; HC 293.528/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 4/9/2014 e HC 253.802/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 4/6/2014). II - Portanto, não se admite mais, perfilhando esse entendimento, a utilização de habeas corpus substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício. (...). Habeas corpus não conhecido. (HC 320.818/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 27/5/2015).

HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DO RECURSO CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. DOSIMETRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REGIME INICIAL FECHADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS.

1. O habeas corpus tem uma rica história, constituindo garantia fundamental do cidadão. Ação constitucional que é, não pode ser o writ amesquinhado, mas também não é passível de vulgarização, sob pena de restar descaracterizado como remédio heroico. Contra a denegação de habeas corpus por Tribunal Superior prevê a Constituição Federal remédio jurídico expresso, o recurso ordinário. Diante da dicção do art. 102, II, a, da Constituição da República, a impetração de novo habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla do preceito constitucional. Igualmente, contra o improvimento de recurso ordinário contra a denegação do habeas corpus pelo Superior Tribunal de Justiça, não cabe novo writ ao Supremo Tribunal Federal, o que implicaria retorno à fase anterior. Precedente da Primeira Turma desta Suprema Corte. [...]. (STF, HC n. 113890, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julg. em 3/12/2013, DJ 28/2/2014).

Assim, de início, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se

ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Na hipótese dos autos, a impetrante pleiteia a remição da pena em favor do sentenciado, no total de 133 (cento e trinta e três) dias correspondentes à aprovação no ENEM/2017, por estudo por conta própria, mesmo tendo concluído o ensino médio antes do início do cumprimento da pena.

Sustenta que, após a prisão, dedicou-se por quase dois anos aos estudos, sem acompanhamento de professores e em ambiente inóspito, ressaltando que havia concluído o ensino médio há mais de 20 anos, daí porque necessitou se atualizar em todas as disciplinas, a exemplo do novo acordo ortográfico da língua portuguesa.

Aduz, ademais, que recebeu elogio individual por parte da direção da unidade prisional por causa de seu bom desempenho nas provas, bem como que atualmente é estudante de Direito.

O Juízo das Execuções, citando precedente desta Corte Superior, no sentido de dar interpretação extensiva ao art. 126 da Lei de Execução Penal como forma de estimular a reinserção social, deferiu ao sentenciado a remição de 100 (cem dias) por estudo, diante da respectiva aprovação no ENEM.

Extrai-se do voto condutor do acórdão prolatado pela Corte estadual de Pernambuco a seguinte fundamentação para dar provimento ao agravo em execução interposto pelo *Parquet* (transcrição na peça vestibular de e-STJ fls. 5/6):

Agravo de Execução Penal n.: 0001376- 12 2019 8 17 0000 (0526980-3) Comarca Origem: 1ª Vara de Execuções Penais Agravante: Ministério Público do Estado de Pernambuco Agravado Marcos César de Alencar Noya Leal Relator: Des Mauro Alencar de Barros Procurador de Justiça: Dr. Fernando Barros de Lima Órgão Julgador 2ª Câmara Criminal VOTO DO RELATOR Como já consignado no relatório, trata-se de agravo de execução penal interposto pelo representante do Ministério Público a quo contra a decisão de fls. 3/5, que deferiu ao réu Marcos César de Alencar Noya Leal a remição de 100 dias. pela

aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM Alega, em síntese, o Parquet a quo que a decisão recorrida merece ser reformada, pois a Recomendação nº 44 do CNJ deixou evidente que seu intuito não era o de autorizar o apenado participar do ENEM anualmente, com o simples objetivo de se obter a mesma remição todos os anos. sem qualquer participação nas atividades escolares da unidade prisional. Requer, assim, o provimento do agravo, cassando-se a remição deferida. A Lei de Execução Penal dispõe, em seu artigo 126, in verbis: "Art 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 1º - A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de. I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias:

(..) § 2º - As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados § 3º - Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.

(...) § 5º - O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação. (...) Já a recomendação n. 44/2013 do CNJ, em seu art. 1º inciso IV, orienta os Tribunais a: "[...] na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), CONSIDERAR, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo. 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino fundamental ou médio - art 4º. incisos II. III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010. do CNE]. isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para

os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio". Pois bem. De pronto, destaco que a jurisprudência pátria firmou orientação no sentido de que é "viável a concessão da remição por atividades não expressas na lei, diante de uma interpretação extensiva in bonam partem do artigo 126 da Lei de Execução Penal." (AgRg no AREsp n. 696.637/SP. Quinta Turma. Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe de 4/3/2016). Assim, estaria autorizada, em tese, a concessão da remição pelo estudo nas hipóteses previstas na Recomendação n. 44/2013 do CNJ Por outro lado, é preciso ter em mente que, no caso do inciso IV do art 1º da Recomendação n. 44/2013 do CNJ, não é dispensado o requisito legal - daí a referência expressa ao art 126, § 5º. da LEP - para a concessão da referida benesse, qual seja, a certificação, pelo órgão competente do sistema de educação, da conclusão, durante o cumprimento da pena, do ensino fundamental ou médio. No caso, compulsando os autos, infere-se que o juízo a quo, na decisão agravada, consignou que o agravado concluiu o ensino médio antes de ser preso e é estudante do curso de Direito e, dessa forma, a aprovação no ENEM não lhe serviu nem para certificado de conclusão de ensino médio, nem para ingresso em curso superior. Assim, inviável a concessão da remição na espécie, consoante precedente que destaco.

[...]

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pelo provimento do presente agravo, revogando-se a remição deferida em benefício do acusado Marcos César de Alencar Noya Leal.

É como voto.

Recife, 2019.

Des Mauro Alencar de Barros Relator

Para melhor análise da questão, transcrevo a legislação de regência:

LEP

*Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho **ou por estudo**, parte do tempo de execução da pena.*

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será

acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.(Incluído pela Lei nº 12.433, de 2011)

Também sobre o tema, o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação 44 do CNJ, de 26.11.2012, que em seu art. 1º, inciso IV, reza:

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio.

A norma inserta no art. 126 da Lei de Execução Penal, visa, essencialmente, à ressocialização do sentenciado, por meio do incentivo ao estudo e ao trabalho, atividades que agregam valores necessários à sua melhor reintegração na sociedade.

Nesse contexto, entendo que uma interpretação mais ampla do art. 126 da Lei de Execução Penal, no caso, com a adoção da Recomendação n.º 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça, atende aos princípios que norteiam a Lei de Execução Penal. O art. 188 da respectiva Exposição de Motivos assevera que os trabalhos realizados "sintetizam a esperança e os esforços voltados para a causa universal do aprimoramento da pessoa humana e do progresso espiritual da comunidade".

Ademais, em atenção ao princípio constitucional da dignidade da

pessoa humana, a política criminal na execução da pena deve ser voltada à sua humanização, de forma a estimular instrumentos sancionatórios mais humanos e que evitem o máximo possível a privação da liberdade.

Ainda, desde 1955, os Estados observam as "**Regras Mínimas para o Tratamento de Presos**", elaboradas pelas Nações Unidas, como baliza para a formação estrutural de sua Justiça e sistema penais.

O Brasil, no entanto, como consabido, vem enfrentando dificuldades para por em prática as ações recomendadas, porém, a nossa Lei de Execuções Penais, de 1984, foi elaborada sob o viés - declarado em sua exposição de motivos - de que as penas e medidas de segurança devem realizar a proteção dos bens jurídicos e a reincorporação do autor à comunidade.

Além da busca pela proteção da sociedade contra a criminalidade, a redução da reincidência e a punição pela prática do crime, também constitui objetivo do sistema de justiça criminal a reabilitação social e a reintegração das pessoas privadas de liberdade, assegurando-lhes, na medida do possível, que, ao retornarem à sociedade, sejam capazes de levar uma vida autossuficiente, com respeito às leis, nos termos da Regra 4 das chamadas "**Regras de Mandela**", instituídas pelas Nações Unidas.

Aliás, de acordo com a **Regra 91** do novo quadro de normas editado pela **Assembléia Geral da ONU em 2015**, e amplamente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ, "**o tratamento de presos sentenciados ao encarceramento ou a medida similar deve ter como propósito, até onde a sentença permitir, criar nos presos a vontade de levar uma vida de acordo com a lei e autossuficiente após sua soltura e capacitá-los a isso, além de desenvolver seu senso de responsabilidade e autorrespeito**".

Não posso permanecer insensível à situação daquele que, depois de segregado da vida em sociedade, convivendo, por conta dos seus erros, com as mazelas do confinamento, busca - pelo esforço pessoal de estudar e conquistar a vitória de um novo título do sistema educacional formal - diminuir o tempo do limite imposto pelas grades, com o sonho de reencontrar sua dignidade no seio de sua família e com trabalho lícito, buscando a retidão em sua conduta.

É essa a tendência que percebo - com otimismo - na evolução das regras pátrias referentes à Execução Penal, claramente visível na Lei n. 12.433/2011 e na Recomendação n. 44/2013 do CNJ.

O art. 126 da LEP dispõe que **"o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena"**.

A redação do citado artigo da LEP deixa clara a preocupação do legislador com a capacitação profissional do interno e com o estímulo a comportamentos que propiciem a readaptação de presos ao convívio social.

E a Recomendação n. 44/2013 dispõe sobre atividades educacionais complementares que deverão ser consideradas, pelos Tribunais, para fins de remição da pena pelo estudo.

O sentido e o alcance do artigo 126 da LEP podem ser ampliados pelo aplicador do direito, com o uso da hermenêutica, para abarcar atividades complementares como meio de estudo, como a simples leitura, ao fim de readaptação e de ressocialização do preso, além de incentivar o bom comportamento e a disciplina.

Esta Corte já se manifestou, de forma favorável, pelo uso da analogia *in bonam partem* para integrar o dispositivo federal, *in verbis*: **"A norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado, sendo possível o uso da analogia *in bonam partem*, que admita o benefício em comento, em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal"** (REsp n. 744.032/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 5/6/2006).

Entende a jurisprudência deste Tribunal, inclusive, que a leitura de livro e a produção de resenha por meio de projeto estimulado em unidade prisional deve ser interpretada como estudo para fins de remição da pena privativa de liberdade, por tratar-se de aprimoramento de conhecimento e de cultura, que diminui a ociosidade do apenado e influencia de forma positiva sua readaptação ao convívio social. Vejamos:

[...]

2. A jurisprudência da Sexta Turma é firme quanto a admitir a remição da pena pela leitura nos termos da Portaria conjunta n. 276/2012, do Departamento Penitenciário Nacional/MJ e do Conselho da Justiça Federal, bem como da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

3. A norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado, sendo possível o uso da analogia *in bonam partem*, que admita o

benefício em comento, em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal (REsp n. 744.032/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 5/6/2006).

4. Sendo um dos objetivos da Lei de Execução Penal, ao instituir a remição, incentivar o bom comportamento do sentenciado e sua readaptação ao convívio social, a interpretação extensiva do mencionado dispositivo impõe-se nessas circunstâncias, o que revela, inclusive, a crença do Poder Judiciário na leitura como método factível para o alcance da harmônica reintegração à vida em sociedade.

(AgRg no HC 323.766/SP, SEXTA TURMA, Relator Ministro Sebastião Reis Júnior, julgado em 17/09/2015, DJe 9/10/2015)

[...]

1. A finalidade do instituto da remição, ao abreviar a pena, é incentivar o bom comportamento do sentenciado e sua readaptação ao convívio social e, portanto, o art. 126 da LEP admite interpretação extensiva in bonam partem, permitindo-se a remição pela leitura.

2. Writ não conhecido. Ordem expedida de ofício, para restabelecer a decisão do juízo singular (execução n.º 815/14).

(HC n. 326.499/SP, SEXTA TURMA, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Julgado em 04/08/2015, DJe 17/08/2015).

Esta Corte vem, reiteradamente, adotando uma interpretação analógica *in bonam partem* do art. 126 da Lei de Execução Penal, invocando, inclusive, a Recomendação n.º 44/2013.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO POR LEITURA. ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS. CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO PROJETO. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E DE SEUS SERVIDORES. IMPOSSIBILIDADE DE PREJUÍZO AO APENADO DE BOA - FÉ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA PARA RESTABELECER A DECISÃO DO MAGISTRADO DAS EXECUÇÕES.

A possibilidade de remição de dias de pena por meio da leitura foi confirmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, adotando a Corte o entendimento de que se trata de analogia in bonam partem da remição por estudo, expressamente prevista no art. 126 da Lei de Execuções Penais.

O simples fato de o estabelecimento prisional contar com oferta de trabalho e estudo não impede que a leitura seja fonte de remição de dias de pena. Com efeito, a Recomendação n. 44/13 do Conselho Nacional de Justiça, em seu art. 1º, inciso V, limita-se a propor que os Tribunais estimulem a remição por leitura notadamente aos presos sem acesso a trabalho e estudo, não erigindo óbice a que tal prática também seja implementada em unidades penitenciárias que já oferecem as demais espécie de atividades ensejadoras de remição.

Os vícios administrativos identificados pelo Tribunal de origem não têm o condão de obstar o direito do apenado à remição. Uma vez implementado o projeto de remição por leitura na unidade prisional em que cumpre pena o paciente, não comprovada má-fé do apenado e ausente dúvida fundada a respeito da efetiva leitura e absorção da obra literária pelo sentenciado, impõe-se a concessão do direito ao apenado.

Eventuais irregularidades formais identificadas, atinentes ao número e à qualificação dos avaliadores, bem como a notícia de que não foi produzida uma escala de compatibilização de horários de leitura com os de trabalho e estudo formais, reputam-se insuficientes para anular ou descaracterizar a remição pretendida. Cumpre salientar que, à luz do art. 130 da Lei de Execuções Penais, "constitui o crime do artigo 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição", de modo que a constatação de irregularidades no procedimento de apuração de trabalho, estudo ou leitura do apenado gera responsabilidade no âmbito da administração e de seus servidores, não repercutindo no direito legalmente assegurado ao sentenciado de boa fé.

Ordem concedida, em consonância com o parecer ministerial, para restabelecer a decisão de primeiro grau que deferira a remição de 4 (quatro) dias de pena ao paciente.

(HC 349.239/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 14/10/2016)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEP. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ À LUZ DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA.

1. O Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação n. 44/2013, conferindo interpretação extensiva ao art. 126 da Lei de Execução Penal, que possibilita a denominada remição da pena em decorrência do estudo, pelo condenado recolhido em regime fechado ou semiaberto.

2. Na mesma linha, este Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento, em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal (REsp 744.032/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 5/6/2006).

3. Em recente julgado, a Quinta Turma assentou que a interpretação extensiva conferida ao art. 126 da LEP é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 1º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna" (HC 94163, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 02/12/2008, DJe-200 DIVULG 22-10-2009 PUBLIC 23-10-2009 EMENT VOL-02379-04 PP-00851) (HC 382.780/PR, Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 4/4/2017).

4. Ordem concedida para reconhecer o direito do paciente à remição da pena decorrente da aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio.

(HC 381.858/PR, Rel. Ministro NÉFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 05/05/2017)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA

PENA. APROVAÇÃO NO ENEM. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO 44/2013 DO CNJ. UTILIZAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. A norma inserta no art. 126 da Lei de Execução Penal visa, essencialmente, à ressocialização do sentenciado, por meio do incentivo ao estudo e ao trabalho, atividades que agregam valores necessários à sua melhor reintegração na sociedade. Nesse contexto, uma interpretação mais ampla do art. 126 da Lei de Execução Penal, no caso, com a adoção da Recomendação n.º 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça, atende aos princípios que norteiam a Lei de Execução Penal.

2. Ordem concedida para reconhecer o direito da paciente à remição de 133 dias, em razão de sua aprovação no ENEM.

(HC 376.324/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 15/05/2017)

Com efeito, o objetivo do conjunto de regras acerca da remição da pena por aproveitamento dos estudos é o de incentivar os apenados aos estudos, bem como sua readaptação ao convívio social.

Na hipótese vertente, há razões suficientes para a excepcional concessão da remição ao apenado, pois a respectiva aprovação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) configura aproveitamento dos estudos realizados **durante a execução da pena**, conforme o art. 126 da LEP e Recomendação n. 44/2013 do CNJ.

No caso, o ora paciente faz jus à remição, devendo ser observados os termos do art. 126, § 1º, inciso I, e § 5º e da Recomendação n.º 44/2013, do Conselho Nacional de Justiça.

Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio (2.400 horas), ou seja, 1.200 horas, divide-se o total de horas por 12, encontrando-se um resultado de 100 dias.

Impende ressaltar que o fato de o paciente estar cursando nível superior antes do início da execução da pena, não impossibilita a concessão da

remição. Tal circunstância apenas o impede de receber o acréscimo de 1/3 (um terço) no tempo a remir em função das horas de estudo, conforme o artigo 126, § 5º, da Lei de Execução Penal.

Com efeito, da interpretação do dispositivo acima transcrito, não se verifica qualquer impedimento ao resgate da reprimenda, mas, sim, ao acréscimo no tempo a remir. Ou seja, o fato de o reeducando estar cursando nível superior antes do cumprimento da pena, não o impede de remir o *quantum* de pena por sua aprovação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), pois conforme o art. 126 da LEP e Recomendação n. 44/2013 do CNJ, tal certificação configura aproveitamento dos estudos realizados durante a execução da pena.

Nessa linha de entendimento, confira-se, *mutatis mutandis*, o seguinte aresto (sem grifos no original):

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA PELA APROVAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM). REEDUCANDO PORTADOR DE DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIOR EM MOMENTO ANTERIOR AO INÍCIO DO RESGATE DA REPRIMENDA. POSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA IN BONAM PARTEM DO ART. 126 DA LEP E DA RECOMENDAÇÃO N. 44 DO CNJ. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O art. 126 da Lei de Execução Penal determina que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

2. Esta Corte Superior de Justiça firmou entendimento e tem admitido a possibilidade de abreviação da reprimenda em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, como resultado de uma interpretação analógica in bonam partem da norma inserta no art. 126 da LEP. De outro lado, a Recomendação n. 44/2013 do CNJ indica aos Tribunais a possibilidade de remição por aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Verifica-se, portanto, que o objetivo deste conjunto de regras acerca da remição da pena por aproveitamento dos estudos é o

de incentivar os apenados aos estudos, bem como sua readaptação ao convívio social.

3. In casu, há razões suficientes para a excepcional concessão da remição ao apenado, pois, a aprovação do paciente no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) configura aproveitamento dos estudos realizados durante a execução da pena, conforme o art. 126 da LEP e Recomendação n. 44/2013 do CNJ.

4. O fato de o paciente já ter nível superior concluído antes do início da execução da pena, apenas o impede de receber o acréscimo de 1/3 (um terço) no tempo a remir em função das horas de estudo, conforme a inteligência do art. 126, § 5º, da Lei de Execução Penal.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1673847/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 26/09/2018)

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes julgados: HC 536694/SP, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, decisão monocrática, DJe 19/11/2019; HC 527575/PR, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, decisão monocrática, DJe de 22/11/2019.

Ante o exposto, nego seguimento ao *habeas corpus*. Contudo, **concedo a ordem de ofício** para reconhecer o direito de o paciente obter a remição de 100 dias, em razão de sua aprovação no ENEM.

Comunique-se, com urgência.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator